

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES



Objetivo do governo é estimular o magistério público

Prazo para recurso na PND acaba nesta terça-feira

Acaba hoje o prazo para os inscritos na primeira edição da Prova Nacional Docente (PND), que tiveram o pedido de atendimento especializado recusado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) entrarem com recurso de revisão no Sistema PND.

O participante deverá inserir no sistema um documento legível, em língua

portuguesa, que comprove a condição que motiva a solicitação de atendimento, para ser considerado válido para análise.

A documentação deve conter nome completo; diagnóstico com a descrição da condição que motivou a solicitação e/ou o código correspondente à Classificação Internacional de Doença (CID-10); além dos dados do médico com registro.

Resultado

De acordo com o Inep, o resultado do recurso será divulgado no dia 18 de agosto. Caso o documento seja reprovado novamente, o participante terá os recursos de acessibilidade solicitados no ato da inscrição, com exceções. Se aceito, o tempo adicional é de 60 minutos.

Magistério

O exame foi criado para melhorar a qualidade da formação dos professores e estimular a realização de concursos públicos e processos seletivos pelas redes de ensino estaduais, do Distrito Federal e dos municípios para incentivar o ingresso a entrada no magistério público.



Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

MGI autoriza a nomeação de 350 pessoas para o ICM-Bio

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) autorizou a nomeação de 350 pessoas aprovadas no concurso público do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), com 120 vagas para Analista Administrativo e 230 vagas para Analista Ambiental, que trabalha em projetos e ações voltados à proteção e recuperação da biodiversidade.

As nomeações dependem de vagas na data da convocação e da confirmação de adequação orçamentária e financeira, conforme determina a legislação. A medida, assinada pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e publicada no Diário Oficial da União (DOU), já está em vigor.

Novo plano de saúde

Servidores do Poder Executivo Federal poderão contar com um plano de saúde mais em conta, com foco em cobertura regional e mensalidades mais baixas. Chamado de Jade Capital, o plano é resultado de um aditivo ao convênio entre o Ministé-

rio da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e a Assefaz, será oferecido nas capitais de todos os estados e no DF.

Os preços são definidos de acordo com a faixa etária e salarial do beneficiário, e variam conforme a capital escolhida.

Coparticipação limitada

A coparticipação do plano é limitada a R\$ 128,81 mensais e o atendimento virtual é isento de cobrança. Os servidores que aderirem em até 30 dias após a assinatura do aditivo terão isenção de carência.

Para os aprovados no Concurso Nacional Uni-

ficado (CNU) que ainda não tomaram posse, serão 60 dias a partir da entrada no serviço público para garantir as mesmas condições.

O plano permite transferência entre capitais em caso de mudança de domicílio.



Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Estão em tramitação no Congresso PLs que tratam sobre o tema, inclusive, um deles já pode ir ao plenário

Cresce apoio para ampliar licença para os pais

Câmara e Senado têm projetos que, além de ampliar licença-paternidade, preveem benefício

Por Martha Imenes

No mês dedicado aos pais, o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) reforça o debate sobre os desafios da paternidade e defende a ampliação da licença, que hoje está em apenas 5 dias. De acordo com levantamento do Sindilegis, estão em tramitação no Congresso Nacional Projetos de Lei (PL) que tratam sobre o tema, inclusive, um deles (6216/2023) está em estágio avançado de negociação na Câmara e já tem condições de ir à plenário.

O PL tem autoria de um coletivo de deputados federais. Ele institui o benefício do salário-paternidade no âmbito da Previdência Social.

Assinam: Tabata Amaral

(PSB/SP), Laura Carneiro (PSD/RJ), Duarte Jr. (PSB/MA), Flávia Moraes (PDT/GO), Dr. Zacharias Calil (União/GO), Reginete Bispo (PT/RS), Amanda Gentil (PP/MA), Soraya Santos (PL/RJ), Iza Arruda (MDB/PE), Lucas Ramos (PSB/PE), Delegada Ione (Avante/MG), Sâmia Bomfim (Psol/SP), Talíria Petrone (Psol/RJ), Lídice da Mata (PSB/BA), Luizianne Lins (PT/CE), e Camila Jara (PT/MS).

Para 240 dias

No Senado, o projeto 139/2022, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP), prevê a ampliação das licenças maternidade e paternidade para 240 dias, inclusive para servidores públicos.

Já o PL 3773/2023, do

senador Jorge Kajuru (PSB/GO), prevê um tempo menor e gradual de licença começando com 30 até chegar a 60 dias, além da concessão de benefício previdenciário a ser pago durante o período de afastamento. Esse PL atinge somente aqueles que estão contemplados pelo Regime Geral de Previdência Social.

Evento virtual

O sindicato vai promover o evento Papos que Transformam. Na pauta: paternidade e adoção, paternidade e deficiência, paternidade solo, entre outros.

O programa será realizado às 10h, em formato 100% digital, com transmissão ao vivo pelo canal do Sindilegis no YouTube. A iniciativa é uma parceria com os Comitês de Equi-

dade do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União.

O bate-papo contará com a participação dos convidados Diego Silva, do Parentalidade Preta; e Emerson Gonçalves, servidor da Infraero. O encontro será mediado pelo diretor de assuntos parlamentares do Sindilegis, Allan Castro.

Diversidade

A ampliação de direitos para os pais é apenas uma das causas apoiadas pelo Sindilegis. Questões como direitos LGBTQIA+, combate ao racismo e ao machismo, entre outras, são fortemente abraçadas pelo sindicato, materializadas por publicações de “Como não ser racista” e “Xô machismo”.

Impactos da reforma

No dia 19, o Sindilegis e a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Distrito Federal (OAB/DF) realizam um seminário para discutir os impactos da Reforma Administrativa. Mais do que uma pauta do funcionalismo público, o tema envolve os direitos da população e o papel do Estado brasileiro.

“O encontro será um espaço plural para ouvir diferentes perspectivas, estimular o diálogo e construir propostas que contribuam para um serviço público mais eficiente, justo e respeitado”, afirmou Alison Souza, presidente do Sindilegis.

Servidores celetistas da Saúde ficam sem benefícios do INSS

Divulgação



Iamspe teve servidores celetistas afetados pela falta de recolhimento de INSS e FGTS

estaria sem registros de depósito de FGTS desde o início de 2025. Já no HC de São Paulo, haveria registros apenas de janeiro a abril de 2025 e lacunas nos anos anteriores, como de outubro a dezembro de 2022, e todo o ano de 2024.

No Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo (Iamspe), os valores referentes a janeiro e fevereiro de 2025 foram pagos somente no início de maio, e o restante apenas no fim de junho. Os atrasos ocorrem porque os lançamentos seriam feitos manualmente.

A técnica em enfermagem

Denise Roberto de Souza Almeida, 46, funcionária do Hospital do Servidor Municipal há 23 anos, viveu situação dramática após descobrir um câncer de mama no final de 2023, quando precisou ficar 45 dias afastada após a retirada de um tumor.

A recomendação médica era para um afastamento maior, para que pudesse fazer as sessões de radioterapia, por isso, em fevereiro, foi à perícia do INSS. Após ser examinada pelo médico e não ter resposta ao seu pedido de auxílio-doença, descobriu que havia divergências em suas contribuições.

“A última contribuição tinha sido em setembro de 2022. Depois, descobri que não consta no Cnis [Cadastro Nacional de Informações Sociais]. Eles descontam, mas não está lá, é como se a gente não estivesse trabalhando”, diz.

Denise só conseguiu receber os valores após buscar auxílio de uma advogada. Incapacitada, não conseguiu voltar ao trabalho, já que estava fazendo sessões de radioterapia. Neste período, foi ajudada por colegas que fizeram vaquinha. Ao todo, foram cinco meses sem trabalhar. “Recebi só até março”, conta.